

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Comissão Especial de Informática

RESULTADOS

Ref.: setembro/2026

1. REFORMA REGIMENTAL E REESTRUTURAÇÃO DA COMISSÃO (CEGOVTIC) – Cumprindo recomendação expressa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em relatório de inspeção, a Comissão Especial de Informática realizou a leitura detalhada e **aprovou por unanimidade a proposta de emenda ao Regimento Interno**. O texto consolidado altera a nomenclatura do órgão para **Comissão Especial de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CEGovTIC)**, redefinindo sua composição mínima para três desembargadores, três juízes e quatro integrantes da SETIM. Entre as doze competências fixadas, incluiu-se a obrigatoriedade de manifestação técnica prévia da SETIM para deliberações tecnológicas da Comissão de Jurisprudência e a exigência de parecer do Secretário para tomada de decisões estratégicas. A CEIN deliberou pelo envio imediato da matéria à Presidência do Tribunal para prosseguimento do rito legislativo regimental junto à Comissão de Reforma.

2. ESTABILIZAÇÃO DA VERSÃO 2.10 DO PJE E NOVAS MELHORIAS – Fiscalizando os impactos da recente atualização do sistema PJe para a versão 2.10, a Comissão foi informada pela SETIM de que o ambiente apresentou instabilidades pontuais. Contudo, relatou, os problemas técnicos vêm diminuindo gradativamente e estão em fase final de correção. O Colegiado cobrou a resolução de falhas reportadas na assinatura de relatórios, no processamento pelas secretarias e na inclusão de processos em pauta. A Secretaria de TI assumiu o compromisso de entregar melhorias amplamente demandadas pelos magistrados, como o **novo editor de textos**, e divulgar cards informativos, detalhando as melhorias, assim que o ambiente estiver totalmente estabilizado.

3. MONITORAMENTO DE CIBERSEGURANÇA E COMBATE À RASPAGEM DE DADOS – Diante do aumento em mais de dez vezes no volume de tentativas de ataques cibernéticos ao TJBA — impulsionado pela repercussão midiática sobre vazamento de credenciais na "Dark Web", em reportagem veiculada no programa "Fantástico" —, a CEIN cobrou da Secretaria de TI um panorama rigoroso da segurança institucional. A SETIM demonstrou que todas as invasões foram bloqueadas pelo SOC e pelo sistema de autenticação multifatorial (MFA). Para combater a degradação do sistema causada por robôs de raspagem de dados (*data scraping*), a Comissão deliberou, em caráter de teste, a redução do limite de consultas diárias de processos por advogados não cadastrados, de 100 acessos, para 50. O Presidente determinou, ainda, que a equipe da SETIM prepare uma apresentação reservada e pedagógica ao Tribunal Pleno, das técnicas utilizadas pelos invasores, para sensibilizar os Desembargadores sobre o ecossistema de ameaças cibernéticas.

4. REGULARIZAÇÃO DO PLANO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL (PTD) PERANTE O CNJ – Atuando diretamente para sanar uma das pendências institucionais apontadas pela inspeção do CNJ, o Presidente da CEIN submeteu à deliberação do Colegiado o **Plano de Transformação Digital (PTD) 2021-2026**, o qual foi **aprovado por unanimidade** pelos Membros presentes à reunião ordinária



do mês de setembro/2026. A ausência de colheita, pela SETIM, da aprovação formal do referido Plano, havia sido notificada pelo Conselho Nacional de Justiça. Para assegurar a governança contínua, a CEIN determinou à secretaria do Colegiado que colha as assinaturas formais do parecer de aprovação, no prazo de dois dias após a publicação da Ata, ordenando à SETIM que apresente o relatório de execução do PTD e o monitoramento do PDTIC, na próxima reunião ordinária.

5. IMPLANTAÇÃO DA FERRAMENTA HANNAH E DIRETRIZES DE IA – Acompanhando o cronograma de implantação da Inteligência Artificial no PJBA, a Comissão registrou, com destaque, a entrada em produção da **ferramenta Hannah**, solução desenvolvida pelo TJMT focada na otimização da admissibilidade de recursos para os Tribunais Superiores (STF e STJ). O TJBA consolidou-se como o primeiro tribunal estadual a implantar o sistema, além do Órgão de origem. No tocante à governança de IA, a SETIM informou que o Gateway de Inteligência Artificial já está em produção como camada intermediária para mensurar o consumo individual das soluções de IA. A CEIN determinou o desdobramento da pauta da próxima reunião ordinária (outubro/2026) para monitorar, independentemente, a mitigação de *Prompt Injection* (F1) e os custos do Gateway (F2), visando o planejamento da nova rubrica orçamentária segregada para IA, no exercício de 2027.

6. PORTAL ÚNICO DE ATENDIMENTO E NOVO BALCÃO VIRTUAL – Cobrando soluções de modernização e eficiência no atendimento ao público, a Comissão avaliou o projeto da equipe de infraestrutura para consolidar o Portal de Contatos, a Central de Agendamento e o Balcão Virtual em um portal único. O novo modelo extingue o sistema legado Lifesize e adota as plataformas Microsoft Teams e Microsoft Booking, gerando economia com licenças de uso, uma vez, que, tais ferramentas, integram o pacote Office contratado pelo TJBA. O sistema funcionará com métricas rígidas de “Call Center”, filas de atendimento, tempo de espera e avaliações de satisfação. A prova de conceito avançará nos cartórios integrados, com previsão de implantação na primeira semana de outubro, e conclusão integral até o fim de 2026.

7. LIDERANÇA NACIONAL NO iGovTIC E RETENÇÃO DE TALENTOS – A CEIN congratulou a equipe de tecnologia pela conquista do **1º lugar nacional no índice iGovTIC**, dentre os tribunais estaduais de grande porte, atingindo a marca histórica de **93,87% (nível de excelência)**. Para sanar os **6,23%** restantes que barram a pontuação máxima — decorrentes do déficit crônico no quadro de pessoal —, a Comissão cobrou soluções contra a evasão de servidores para a iniciativa privada e outros órgãos. Em resposta, a Secretaria de TI confirmou que entregará até novembro de 2026 a proposta de reorganização do quadro, prevendo a criação de funções gratificadas específicas em TIC e a realização de concurso público no primeiro semestre de 2027.

8. FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA PJLC E IMPEDIMENTOS CONTRATUAIS – Questionada pela Comissão sobre o impacto de manutenções de sistemas na remuneração de Juízes Leigos e Conciliadores, a SETIM demonstrou tecnicamente que o incidente no sistema PJLC se originou de uma manutenção isolada no banco de dados do setor de Recursos Humanos, sem qualquer vínculo com o PJe ou Projudi. A CEIN determinou o envio de esclarecimentos à COJE e o arquivamento do feito.

Salvador, 28 de setembro de 2026.



AFRÂNIO PEDREIRA DE OLIVEIRA JUNIOR
Comissão Especial de Informática do TJBA